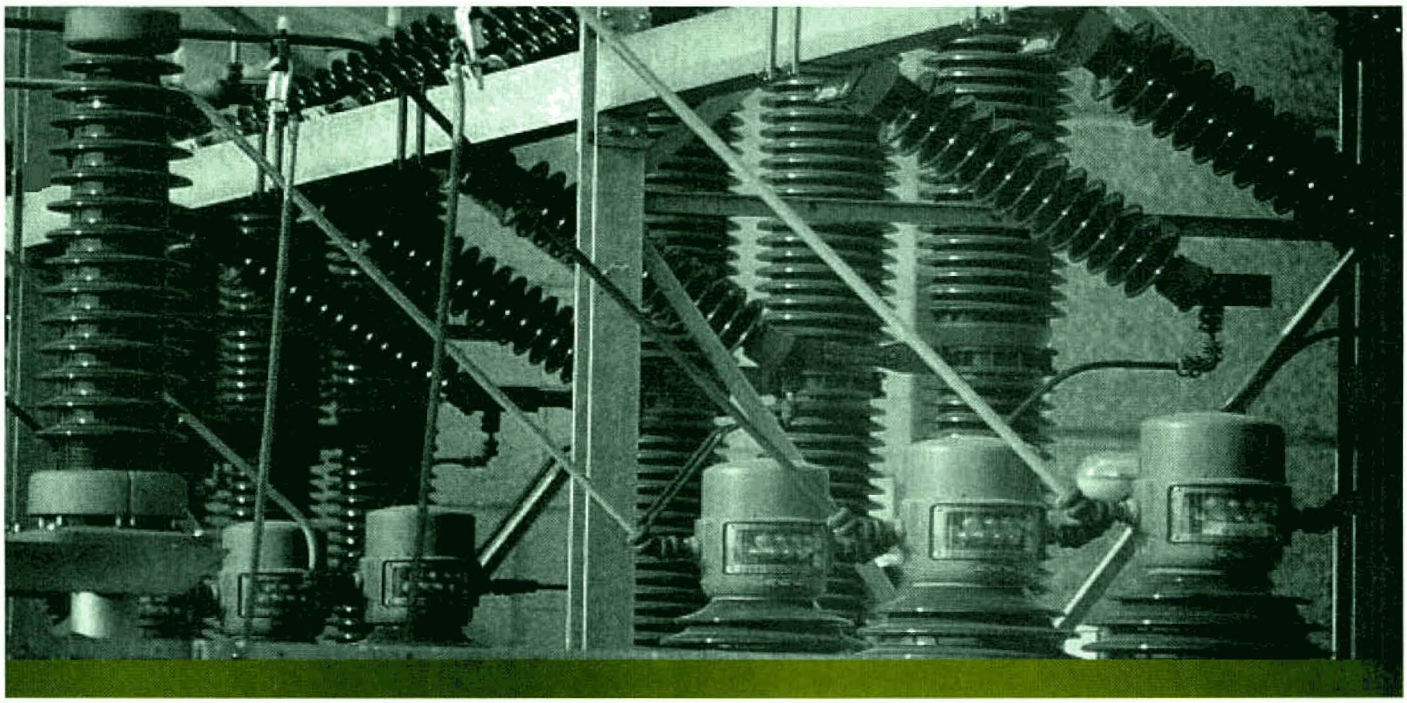
Campo aceso

O cenário do campo muda velozmente, enfim iluminado pela chegada da energia elétrica



Além de insumo indispensável à agricultura moderna, a energia elétrica é um dos elementos capazes de reter o homem no campo. Sua ausência inibe quaisquer perspectivas de desenvolvimento dos milhares de comunidades rurais espalhadas pelo interior.

A importância desse serviço ganha dimensões tanto maiores quanto se sabe que mais da metade dos brasileiros vive no campo, em pequenas cidades com menos de 50 mil pessoas.

Luzes da cidade

Entre os 4.858,9 mil estabelecimentos rurais visitados pelo Censo Agropecuário de 1996, cerca de 40,8% tinham acesso à energia elétrica, 35,6% nas propriedades familiares e 64,5% nas propriedades patronais.

Enquanto no Brasil a grande maioria das propriedades rurais seguem apagadas, 97% da roça do Uruguai dispõe de energia elétrica. Um registro que explica por que as luzes da cidade atraem e fomentam a migração e o inchaço das regiões metropolitanas brasileiras.

Nos Estados Unidos, o projeto de eletrificação do campo fazia parte do New Deal de Franklin Roosevelt, deflagrado pelo Emergency Relief Appropriation Act, para gerar empregos na cidade – pobre, violenta e lotada de desocupados – e no campo abandonado. No entanto, mesmo com dotações de US$400 milhões para pagamento em 35 anos, com juros de 2% ao ano, as empresas privadas não se animaram.

A situação da agricultura norte-americana era dramática: mais de 40% das propriedades estavam arrendadas, metade hi-

Brasil: acesso à energia elétrica

Agricultura familiar

Região	Número de propriedades (em mil)	Usam energia elétrica %
Nordeste	2.055	18,7
Centro-Oeste	162,1	45,3
Norte	380,9	9,3
Sudeste	633,6	56,2
Sul	907,6	73,5
Brasil	4.139	36,6

Fonte: *Censo Agropecuário* 1995/96, IBGE.

As sete contradições

1. Os decretos criadores das hidrelétricas, como nos Estados Unidos, obedecem ao padrão de Boneville, de 1937: "...devem assegurar suas operações em benefício do público, do consumidor rural e doméstico...". No Brasil, Tucuruí, que atende basicamente a apenas duas fábricas de alumínio – a Alcoa e a Albrás – poderia ampliar seus benefícios.
2. Aplicar no campo o modelo de fornecimento ao meio urbano, onde a linha chega grátis até a porta da rua. O custo fica inviável (postes de concreto, cabos de alumínio, transformadores, pára-raios etc.).
3. O conflito no próprio governo, entre suas concessionárias tradicionais e as cooperativas criadas a partir de 1969, a partir de recursos do convênio entre o BID e Neneca, ex-REA.
4. O uso literal do termo *farm*, onde as linhas, dimensionadas em função dos horários de pico das fazendas, quase sempre bem similares, ficam impedidas de atender nos momentos de ociosidade os vizinhos, vilarejos etc.
5. A inoperância do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, durante toda a sua existência, entre 1969 e 1990.
6. A baixa eficácia do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que em outubro de 1997 passou suas funções à Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objetivo era cumprir o papel das *commissions* norte-americanas, através das quais o Congresso fiscalizava e evitava ações de monopólio no setor.
7. A estratégia de desenvolvimento sobre projetos de grande escala, deixando de lado as usinas menores.

potecada, poucas eram lucrativas e sua capacidade de pagamento era irrisória.

A saída foi montar a Rural Electrification Administration (REA), para criar cooperativas entre os agricultores no objetivo da montagem de linhas modestas, ainda que com poste de pau e fios de cerca.

Nova fase

No final dos anos 60, as cooperativas atendiam a 51% dos fazendeiros americanos, as prefeituras a 6% e as concessionárias a 43%. O campo estava aceso.

Para minimizar o custo e aproveitar a experiência adquirida pelo REA, foi criada a National Rural Electrifical Cooperative Association, que celebrou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para levar adiante projetos de eletrificação no mundo, inclusive no Brasil.

Na corrida contra o tempo, o governo brasileiro lançou o programa Luz no Campo, com investimentos previstos de R$2,6 bilhões, para levar energia a 1 milhão de propriedades rurais até o fim de 2002.

A meta é construir 465 mil quilômetros de redes de distribuição. Serão usados 3,8 milhões de postes de concreto ou madeira tratada, 1,5 milhão de quilômetros de cabos elétricos, 500 mil transformadores e 1 milhão de medidores de energia. Há ainda investimentos para a aquisição de pára-raios, isoladores, disjuntores, ferragens e parafusos.

O impacto do programa é significativo. O número demandado de postes corresponde a 30 vezes a capacidade instalada em todas as fábricas da Bahia. A receita técnica de um transformador para cada quatro casas na cidade dá uma idéia de sua dimensão. Estima-se que 500 mil homens/dia estarão envolvidos na fase inicial do projeto.

Só na região Sudeste, estão no campo 40% dos 7 milhões de celulares do país. Até 2001, essa taxa deve igualar a dos centros urbanos. E mais: em 2005, um terço das 9,4 milhões de famílias rurais terão acesso à telefonia móvel.

Cenário veloz

O país entra no terceiro milênio tendo na pauta de trabalho a aplicação maciça de uma invenção do século XIX. Mas o novo mundo rural brasileiro justifica a convicção de que o cenário pode mudar rapidamente.

Notícias da área de telefonia móvel informam que estão no campo, só na região Sudeste, 40% dos 7 milhões de celulares do país. Até 2001, essa taxa deverá ser a mesma dos centros urbanos. E as projeções da Agência Nacional de Telecomunicações vão mais além: em 2005, um terço das 9,4 milhões de famílias rurais terão acesso à telefonia móvel. (**L. A. P.** e **R. A.**)